

Desafios frente às injúrias não intencionais sob o ponto de vista de professores da educação infantil

Challenges facing unintended injuries from the point of view of early childhood teachers

Vanessa Crispim Pacheco¹, Alexander de Quadros¹, Gabriela Camponogara Rossato¹

RESUMO

Introdução: As injúrias não intencionais são uma das principais causas de morbimortalidade dentro do contexto da educação infantil, representando assim um grave problema de saúde pública. Considerando o longo período que a criança permanece no ambiente escolar sob cuidados dos professores, a capacitação destes profissionais frente às injúrias é primordial para que um ambiente seguro seja promovido. Desta forma, cabe também à enfermagem trabalhar no sentido de investigar como este cenário se configura na atualidade. **Objetivo:** Conhecer os desafios enfrentados pelos professores da educação infantil frente às injúrias não intencionais. **Metodologia:** Trata-se de um estudo com delineamento transversal e abordagem quantitativa. Para a produção de dados utilizou-se um formulário eletrônico, disponibilizado através de plataformas digitais. **Resultados:** Segundo os achados deste estudo, 72,6% (n=90) dos participantes afirmam ter presenciado situações de injúrias, e apenas 37,9% (n=47) dos participantes afirmam sentirem-se seguros para prestar os primeiros cuidados, sendo que 67,7% (n=84) referem ter participado de treinamento sobre urgência e emergência, direcionada a primeiros socorros, porém, 39,5% (n=49) dos participantes realizaram o treinamento a mais de 2 anos. **Considerações finais:** A partir dos achados deste estudo podemos concluir que há uma carência no que diz respeito a capacitação dos professores frente a como agir frente às injúrias não intencionais, o que reflete na insegurança e despreparo deste profissional na realização dos primeiros atendimentos a criança neste cenário.

Descritores: Educação infantil; Primeiros socorros; Injúrias.

ABSTRACT

Introduction: Unintentional injuries are a major cause of morbidity and mortality within the context of early childhood education, thus representing a serious public health problem. Considering the long period that the child remains in the school environment under the care of teachers, the training of these professionals in the face of injuries is essential for a safe environment to be promoted. Thus, it is also up to nursing to work to investigate how this scenario is configured today. **Objective:** To know the challenges faced by early childhood education teachers in the face of unintentional injuries. **Methodology:** This is a cross-sectional study with a quantitative approach. For the production of data an electronic form was used, made available through digital platforms. **Results:** According to the findings of this study, 72.6% (n = 90) of the participants claim to have witnessed injury situations, and only 37.9% (n = 47) of the participants claim to feel safe to provide the first care, with 67.7% (n = 84) reporting having participated in training on urgency and emergency, directed to first aid, however, 39.5% (n = 49) of the participants had undergone the training for more than 2 years. **Final considerations:** Based on the

¹ Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT). E-mail: vanessapacheco@sou.faccat.br

findings of this study, we can conclude that there is a lack regarding the training of teachers regarding how to act in the face of unintentional injuries, which reflects in the insecurity and unpreparedness of this professional in carrying out the first visits to the child in this scenario.

Descriptors: Early childhood education; First aid; Injuries.

INTRODUÇÃO

As injúrias não intencionais são uma das principais causas de morbimortalidade e um grave problema de saúde pública. No Brasil as injúrias não intencionais foram responsáveis por 755.826 internações em 2004. Para Silvani *et al.* (2008), as injúrias não intencionais são geradas por diversos fatores de causalidades previsíveis, ou seja, não acontecem por acaso, logo, com medidas adequadas podem ser evitadas. Segundo Pedrosa *et al.* (2012), as causas externas e as violências ocupam a nível mundial posições de evidência, estando entre as cinco principais causas de mortalidade, ocupando a segunda ou terceira posição em quase todos os países.

No Brasil, 1 a cada 10 crianças necessitam de atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS) decorrente de causas externas, esses atendimentos ocupam de 10% a 30% dos leitos hospitalares, calcula-se que para cada óbito infantil por trauma, ocorrem entre 20 e 50 hospitalizações. Após o 1º ano de idade as causas externas são responsáveis por mais mortes de crianças e adolescentes brasileiros do que a soma de todas as principais doenças que acometem esta faixa etária (MARTINS, 2006).

A partir de dezembro de 2008, foi disponibilizado um relatório de prevenção de injúrias na infância, elaborado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Esse relatório mostra que as causas não-intencionais representam um grande e grave problema de saúde pública e são responsáveis por 830.000 mortes a cada ano (WAKSMAN; BLANK; GIKAS, 2010).

Quando estratificadas por tipos, as quedas representam a principal causa de internação na população pediátrica, inclusive no Brasil. Em 2004 as quedas representaram o principal motivo de internações hospitalares em todas as faixas etárias de crianças e jovens de até 19 anos, com 73,01 % das internações por causas externas (PHELAN *et al.*, 2005).

Com o intuito de prevenir ou tratar de imediato as injúrias não intencionais em 2018 foi sancionada a Lei nº 13.722, de 4 de outubro de 2018, conhecida como Lei Lucas. Ela obriga as

escolas, públicas e privadas, de educação infantil e básica, a se prepararem para atendimentos de primeiros socorros.

Esta Lei torna as instituições de ensino responsáveis por oferecer cursos que capacitem professores e funcionários em noções básicas de primeiros socorros, obrigações que se estendem para estabelecimentos de recreação infantil. O curso/ capacitação deverá ser ofertado anualmente, passível de notificação, multas e até cassação do alvará ou responsabilização patrimonial caso a lei não seja cumprida pelas instituições (BRASIL, 2018).

Esta Lei é advinda da luta por parte de uma mãe, Alessandra Begalli, que perdeu seu único filho Lucas em uma excursão da escola que a criança frequentava. Lucas, que tinha 10 anos, participava de uma excursão escolar, quando engasgou com um pedaço de salsicha do cachorro quente que serviram no lanche. O menino chegou a ser socorrido, porém sofreu 7 paradas cardíacas em um tempo de 50 minutos, evoluindo a óbito por asfixia mecânica. Esta é uma situação que facilmente poderia ser evitada, ou teria uma grande probabilidade de ser revertida, se a criança tivesse recebido o devido atendimento, de forma rápida e efetiva (BRASIL, 2018).

No atendimento das injúrias não intencionais, o tempo e o atendimento adequado é um divisor de águas entre a vida e a morte da criança. Dessa forma, a importância e a necessidade de se ter profissionais capacitados para agir, e também prevenir as injúrias não intencionais, é de extrema importância (FIORUC *et al.*, 2008).

A luta da mãe de Lucas trouxe um grande ganho para as crianças em idades escolares, pois ela visa garantir que a criança tenha profissionais capacitados, para que possam prestar uma assistência adequada. Soma-se a lei a presença de profissionais de saúde nos ambientes escolares através do Programa Saúde na Escola (PSE).

O Programa Saúde na Escola (PSE) é um aliado na aproximação das esferas de saúde/educação. Tem por objetivo a integração e articulação permanente da educação e saúde, contribuindo assim para atenção integral ao decorrer da formação dos estudantes por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde (BRASIL, 2010).

Para o alcance dos objetivos e sucesso do PSE é de fundamental importância compreender a Educação Integral como um conceito que compreende a proteção, a atenção e o pleno desenvolvimento da comunidade escolar. Na esfera da saúde, as práticas das equipes de Saúde da Família, incluem prevenção, promoção, recuperação e manutenção da saúde dos indivíduos e coletivos humanos.

O período do desenvolvimento dos 0 aos 5 anos é crucial para a construção do caráter e saberes da criança, contudo, esta faixa etária é acometida por diversas injúrias não intencionais, uma vez que é um momento de altas descobertas (HOCKENBERRY e WILSON, 2014).

Para que seja possível a criação de métodos para prevenção das injúrias não intencionais, se faz necessário que o provedor dos cuidados da criança tenha conhecimento da realidade e da natureza das injúrias, bem como as fases do desenvolvimento infantil e as peculiaridades de cada faixa etária. As crianças passam por um longo processo de aprendizagem e descobertas, com isso se torna imprescindível que os cuidadores tenham pleno conhecimento acerca dessas mudanças, para que assim seja possível adotar medidas adequadas a fim de promover um ambiente mais seguro para a criança (SANTORO, 2008).

Considerando o longo período que a criança permanece no ambiente escolar sob cuidados dos professores e além de todos estes indicativos evidentes acerca da necessidade de que os professores estejam capacitados para oferecerem um ambiente seguro, e suporte necessário a fim de prevenir e ainda saber como agir caso ocorram as injúrias para com as crianças, nos cabe investigar como está o cenário destes profissionais acerca destas necessidades. Diante da complexidade do tema, o objetivo principal deste artigo é conhecer os desafios enfrentados pelos professores da educação infantil frente às injúrias não intencionais.

MÉTODO

O estudo ocorreu em um município situado no Vale do Paranhana/RS, que conta com uma população de 54.656 habitantes. Localiza-se na encosta inferior da serra, região metropolitana, a aproximadamente 72 km da capital do estado Porto Alegre - Estado do Rio Grande do Sul (RS). O município conta com uma rede de ensino de 44 escolas públicas municipais, sendo 11 escolas municipais de educação infantil, 12 escolas públicas estaduais e 9 escolas particulares. Já a rede de ensino de escolas municipais de educação infantil (EMEIs), conta com a colaboração de 247 professores que atendem 2036 alunos na faixa etária de 0 a 5 anos de idade. Desta forma, utilizou-se um (n) de 130 profissionais, porém, obteve-se 124 questionários devidamente respondidos. O questionário foi composto por 21 questões, sendo algumas de múltipla escolha, outras com opção única, e uma aberta.

Após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da FACCAT foi realizado contato com a coordenadoria das escolas municipais de educação infantil, onde foi solicitado o contato

dos respectivos responsáveis por essas escolas. Já com as devidas informações e autorizações foi encaminhado um e-mail para direção das escolas, também apresentando a proposta do projeto e solicitado o contato dos professores atuantes. Foi enviado o link para acesso dos professores ao questionário através da plataforma Whatsapp.

A seleção dos participantes da pesquisa deu-se por meio dos seguintes critérios de inclusão: professores que atuem diretamente em sala de aula e com no mínimo um ano de experiência na educação infantil. E como critério de exclusão: considerou-se professores que estavam afastados de suas atividades.

O tratamento estatístico dos dados foi realizado com o auxílio do programa estatístico Statistical Package for Social Sciences versão 25.0 (SPSS Inc., Chicago, IL, USA, 2018) versão Windows. A apresentação dos resultados ocorreu pela estatística descritiva através das distribuições absoluta e relativa (n - %), bem como, pelas medidas de tendência central e de variabilidade, com estudo da simetria pelo Kolmogorov Smirnov.

Este projeto seguiu as exigências da Resolução 510/2016, sendo que a coleta de dados se iniciou somente após aprovação na Plataforma Brasil sob o número CAAE: 36622120.4.0000.8135.

RESULTADOS

Os resultados apresentados na tabela 1 referem-se a uma amostra de 124 professores, com idades variando de 18 a 57 anos, sendo a média de 34,5 (dp = 9,1) anos. Teve como predomínio o sexo feminino, 98,4% (n=122). A maior parte dos profissionais se declararam de cor branca, 86,3% (n=107). O estado civil casado(a) representou 64,5% (n=80), seguido daqueles que se declararam solteiros(as) 30,6% (n=38). A presença de filhos alcançou 70,2% (n=87) da amostra.

Em relação ao tempo de serviço na instituição, praticamente metade da amostra declarou trabalhar há mais de 5 anos 46,0% (n=57), seguido dos períodos de 1 a 3 anos 21,8% (n=27), e de 3 a 5 anos 18,5% (n=23). Quanto ao cargo que ocupa na instituição, destacou-se o Professor Titular 76,6% (n=57). A carga horária de trabalho na instituição de maior frequência foi de 6 horas 79,0% (n=98).

Quando questionados se lecionava em outra instituição, a maior parte respondeu de forma negativa 69,4% (n=86). E, quanto à formação dos profissionais, 54,8% (n=68) informaram a pós-graduação, seguido do ensino superior em andamento 22,6% (n=28).

Tabela 1: Distribuição absoluta e relativa para as características sócio, demográficas e funcionais**Table 1: Absolute and relative distribution for socio, demographic and functional characteristics**

Variáveis	Total amostra (n=124) *	
	N	%
Sexo		
Feminino	122	98,4
Masculino	2	1,6
Idade (anos)		
Média ± desvio padrão (amplitude)	34,5±9,1	(18 - 57)
Cor		
Branco	107	86,3
Pardo	12	9,7
Preto	5	4,0
Estado civil		
Casado (a)	80	64,5
Separado (a)/Divorciado (a)	6	4,8
Solteiro(a)	38	30,6
Filhos		
Não	37	29,8
Sim	87	70,2
Tempo de serviço na instituição? AJUSTADA		
Até 1 ano	17	13,7
Entre 1 ano e 3 anos	27	21,8
Entre 3 anos e 5 anos	23	18,5
Mais de 5 anos	57	46,0
Seu cargo na instituição?		
Professor Auxiliar	29	23,4
Professor Titular	95	76,6
Qual sua carga horária nesta instituição?		
12 horas	3	2,4
6 horas	98	79,0
8 horas	23	18,5
Leciona em outra instituição?		
Não	86	69,4
Sim	38	30,6
Grau de formação:		

Ensino médio Completo (Magistério)	9	7,3
Ensino superior Completo	19	15,3
Ensino superior em andamento	28	22,6
Pós-Graduação	68	54,8

*Percentuais obtidos com base no total da amostra. Fonte: Autor (2020)

Nas informações referentes às injúrias não intencionais, apresentadas na tabela 2, verificou-se que, sobre o fato de já ter presenciado situações de urgência e emergência, predominaram as respostas afirmativas, sendo 37,9% (n=47) para menos de 5 vezes e 24,2% (n=30) para apenas uma vez. Cabe salientar que 27,4% (n=34) dos profissionais relataram nunca ter presenciado esta situação, sendo que 72,6% (n=90) relataram ter presenciado situações de injúrias não intencionais.

Quando questionados sobre terem presenciado injúrias, considerando sentir-se seguro para realizar os primeiros atendimentos, observou-se que a maior parte da amostra relatou ter presenciado queda/fratura 60,5% (n=75); lesão corporal 57,3% (n=71); e desmaio/convulsão 34,7% (n=43). Cabe salientar que 14,5% (n=18) informaram nunca ter presenciado tais situações.

No que se refere a conduta adotada pelos profissionais ao presenciar as situações de injúrias não intencionais, destacaram-se a comunicação a direção 70,2% (n=87); prestação dos primeiros cuidados 50,8% (n=63); comunicação aos pais/responsável 44,4% (n=55); e chamado de profissionais de saúde 39,5% (n=49).

A questão referente aos profissionais sentirem-se seguros/capacitados em prestar os primeiros atendimentos nas situações de urgência e emergência, 37,9% (n=47) responderam de forma afirmativa. E no que se refere a ter participado de treinamento sobre urgência e emergência, direcionado a primeiros socorros, 67,7% (n=84) relataram que sim, sendo que, 39,5% (n=49) realizaram há mais de 2 anos e 28,2% (n=35) há menos de 2 anos.

A amostra foi questionada quanto ao fato de, ainda que informalmente, a instituição possuir algum programa integrativo com o posto de saúde no bairro e 25,8% (n=32) responderam que sim. No entanto, 44,4% (n=55) informaram desconhecer esta informação.

Tabela 2: Distribuição absoluta e relativa para as características das injúrias não intencionais (Parte 1)

Table 2: Absolute and relative distribution for the characteristics of unintentional injuries (Part 1)

Variáveis	Total amostra (n=124)	
	n	%
Já presenciou situações de urgência e emergência		
Não! Nunca presenciei.	34	27,4

Sim! Apenas uma vez.	30	24,2
Sim! Menos de cinco vezes.	47	37,9
Sim! Mais de cinco vezes.	13	10,5
Dentre as injúrias a seguir quais você já presenciou? A		
Queda, fratura	75	60,5
Desmaio, convulsão	43	34,7
Parada cardiorrespiratória	3	2,4
Lesão corporal	71	57,3
Intoxicação	8	6,5
Outros tipos	7	5,6
Mordedura animal	13	10,5
Nunca presenciou	18	14,5
Qual conduta você tomou ao presenciar essas situações A		
Chamou profissionais de saúde	49	39,5
Prestou primeiros cuidados antes da chegada os profissionais de saúde	63	50,8
Ficou nervoso e não conseguiu prestar socorro	7	5,6
Comunicou a direção	87	70,2
Comunicou pais ou responsáveis	55	44,4
Chamou colega de trabalho para o atendimento	12	9,7
Caso ocorra uma situação de urgência ou emergência, você se sente seguro/ capacitado em prestar os primeiros atendimentos?		
Não	77	62,1
Sim	47	37,9
Você já participou de treinamentos sobre urgência e emergência (primeiros socorros)?		
Não! Nunca participei.	40	32,3
Sim! Há mais de 2 anos.	49	39,5
Sim! Há menos de 2 anos.	35	28,2
Ainda que informalmente a instituição que você leciona possui programas integrativos com o posto de		
Não	37	29,8
Não sei	55	44,4
Sim	32	25,8

*Percentuais obtidos com base no total da amostra.

A: Percentuais obtidos com base na análise do número de ocorrência de casos (questão de múltipla resposta). Fonte: Autor (2020)

A tabela 3 demonstra quanto a visita de profissionais de saúde à instituição em que o profissional leciona. Dentro disso predominaram as visitas de Enfermeiros/Técnico enfermagem 31,4% (n=39); Dentista 21,0% (n=26); Médico/Médico pediatra 8,8% (n=11); e Bombeiro 6,5% (n=8). Chama-se atenção para os profissionais que relataram não lembrar, 15,3% (n=19); e aqueles que informaram que nenhum profissional havia visitado a instituição 20,2% (n=25).

A presença de itens de primeiros socorros na instituição foi confirmada por 80,6% (n=100) dos investigados. Quando questionados sobre do que se trata a Lei Lucas, a maioria respondeu desconhecer 79,8% (n=99).

Tabela 3: Distribuição absoluta e relativa para as características das injúrias não intencionais (parte 2)

Table 3: Absolute and relative distribution for the characteristics of unintentional injuries (part 2)

Variáveis	Total amostra (n=124) *	
	n	%
Dentista	26	21,0
Enfermeira, técnico enfermagem	39	31,4
Estagiários	1	0,8
Fonoaudióloga	2	1,6
Médica e médico pediatra	11	8,8
Psicóloga	6	4,8
Nutricionista	6	4,8
Técnicos da SAMU	1	0,8
Não lembra	19	15,3
Nenhum	25	20,2
A instituição que você leciona possui itens de primeiros socorros?		
Não	6	4,8
Não sei	18	14,5
Sim	100	80,6
Você sabe do que se trata a lei Lucas?		
Não! Não tenho conhecimento desta lei.	99	79,8
Sim! Se trata de uma lei que obriga a instituição de ensino infantil e básico ofertar treinamento de primeiros socorros para seus colaboradores.	25	20,2

*Percentuais obtidos com base no total da amostra.

A: Percentuais obtidos com base na análise do número de ocorrência de casos (questão de múltipla resposta).

Fonte: Autor (2020)

A tabela 4 demonstra os resultados do questionamento aos profissionais quanto às temáticas mais importantes a serem abordadas na devolutivas da pesquisa e, conforme consta na tabela, as respostas mais prevalentes foram: Primeiros socorros 29,0% (n=36); Como agir em situações de engasgamento, convulsões, queda, lesão 17,7% (n=22); e Lei Lucas 8,1% (n=10). Ainda, verificou-se que 13,7% (n=17) dos profissionais relataram “não saber responder”.

Tabela 4: Distribuição absoluta para as temáticas importantes apontadas**Table 4: Absolute distribution for the important themes identified**

Temáticas importantes AJUSTADA	Total amostra (n=124) *	
	n	%
A importância de ter um profissional da saúde na escola ou próximo a escola	3	2,4
A vida e o bem estar da criança	1	0,8
Ações essenciais frente a situações de emergências	2	1,6
Cartilha, ações, instruções de como agir - de primeiros socorros.	6	4,8
Como lidar com crianças portadoras de doenças contagiosas	1	0,8

Como agir em situações de engasgamento, convulsões, queda, lesão, . .	22	17,7
Como agir em uma situação de emergência	1	0,8
Como se portar diante de supostos maus tratos infantil	1	0,8
Comportamento e educação	1	0,8
Conhecimento/ controle do nervosismo nas situações de acidentes	1	0,8
Consequências da pandemia nas crianças	1	0,8
Curso de primeiros socorros	6	4,8
Família desestruturada	2	1,6
Funções que posso desempenhar na minha profissão	1	0,8
Inclusão escolar	1	0,8
Instituição equipada com itens de segurança	1	0,8
Lei Lucas	10	8,1
Não sei, não tenho temática	17	13,7
Nutrição, Saúde da família	1	0,8
Palestras encontros semanais	1	0,8
Prevenção	2	1,6
Primeiros socorros	36	29,0
Relatório	1	0,8
Resultados	1	0,8
Saúde da criança pequena, Integração educação e saúde	1	0,8
Saúde infantil psicológica	1	0,8
Sim	1	0,8
Uma pesquisa com as secretarias de educação sobre formações no assunto	1	0,8

*Percentuais obtidos com base no total da amostra.

Fonte: Autor (2020)

DISCUSSÃO

Os resultados apontam a prevalência 98,4 % (n 122) de professores do sexo feminino, com idades variando entre 18 e 57 anos, sendo a média de 34,5 (dp = 9,1) anos. Para Silvani *et al.* (2008), as injúrias não intencionais são geradas por diversos fatores de causalidades previsíveis, ou seja, não acontecem por acaso. Desta forma, com medidas adequadas as mesmas podem ser evitadas. Segundo achados deste estudo, 72,6 % dos participantes já haviam presenciado casos de injúrias no ambiente escolar, e 37% (n=47) responderam de forma afirmativa a questão de sentirem-se seguros para os primeiros atendimentos para com a criança.

No presente estudo, foi evidenciada a prevalência de quedas/fraturas em 60,5% (n=75) como uma das injúrias mais presenciadas pelos respectivos participantes. Desta forma, este achado vai ao encontro com os resultados de Phelan *et al.* (2005), onde refere que no Brasil, em 2004, as quedas representaram o principal motivo de internações hospitalares em todas as faixas etárias de crianças e jovens de até 19 anos, com 73,01 % das internações por causas

externas. O que também corrobora com os achados de Venâncio (2014), onde relata que as quedas e entorses são os acidentes mais prevalentes no ambiente escolar.

Quando questionados acerca de sentirem-se seguros para prestar os primeiros atendimentos a criança, apenas 37,9% (n= 47) responderam positivamente esta questão, sendo a conduta adotada por estes profissionais frente a situação a comunicação a direção 70,2% (n=87), seguido por prestação dos primeiros cuidados 50,8% (n=63).

É importante ressaltar que o socorro prestado nos primeiros momentos, logo após o incidente, é o que melhor vai garantir a redução, ou mesmo eliminação, de sequelas. Desta forma, a capacitação da pessoa que prestará este primeiro socorro se faz decisiva para a vítima (FALCÃO; BRANDÃO, 2010). Graeff e Camelo (2015) relatam que a importância de uma atuação segura e correta frente a vítima em situação de emergência é relevante, e que leigos quando devidamente capacitados e informados podem iniciar o primeiro atendimento precocemente, no ambiente extra hospitalar, lidando com a situação de maneira eficaz até o socorro chegar.

O indivíduo que primeiro inicia o auxílio necessita manter a calma para agir sem pânico, procedendo de forma rápida, e agindo com precaução e atenção às condições para que não coloque a vítima em risco (FONSECA, 2008). Contudo, acredita-se que para que os quesitos anteriores sejam atendidos pelo profissional ao prestar socorro à vítima, é primordial que este esteja devidamente capacitado, visto que o pouco conhecimento e a insegurança são os principais motivos que levam ao pânico nesta situação.

Não se sentir seguro para a realização dos primeiros socorros demonstra uma deficiência quanto ao conhecimento para com este assunto. Silva *et al.* (2017) comprova que medidas educativas envolvidas no diálogo podem auxiliar na construção do fortalecimento e aprimoramento dessa prática, e ainda fomenta que parcerias entre os profissionais de educação com os da saúde auxilia na construção de novos métodos, estratégias e formas de pensar quanto a este assunto (SILVA *et al.*, 2017).

Em 2018 foi sancionada a Lei nº 13.722, de 4 de outubro de 2018, conhecida como Lei Lucas. Quando questionados sobre do que se trata a Lei Lucas, a maioria respondeu desconhecer 79,8% (n=99). Esta Lei torna as instituições de ensino responsáveis por oferecer cursos que capacitem professores e funcionários em noções básicas de primeiros socorros, obrigações que se estendem para estabelecimentos de recreação infantil. O curso/capacitação deverá ser ofertado anualmente, passível de notificação, multas e até cassação. Ainda dos achados deste estudo no que se refere a ter participado de treinamento sobre urgência e

emergência, direcionada a primeiros socorros, 67,7% (n=84) relataram que sim, sendo que, 39,5% (n=49) realizaram há mais de 2 anos e 28,2% (n=35) há menos de 2 anos.

Estes dados evidenciaram que apesar de ser lei, as capacitações em urgência e emergência anual ainda não são realidade para todos os profissionais da área. Dado este que vai ao encontro dos resultados de Necker e Silva (2019), onde revela que grande parte dos professores de seu estudo (40%), relataram que não participaram de capacitação em primeiros socorros após a graduação.

A amostra deste estudo foi questionada quanto ao fato de, ainda que informalmente, a instituição possuir algum programa integrativo com o posto de saúde no bairro e 25,8% (n=32) responderam que sim. No entanto, 44,4% (n=55) informaram desconhecer esta informação. Ainda sobre os achados quando questionados sobre os profissionais de saúde que visitaram a instituição, predominaram as visitas de Enfermeiros/Técnicos de enfermagem em 31,4% (n=39); Dentista em 21,0% (n=26), sendo que 80,6 (n= 100) reconhecem a presença de itens de primeiros socorros na instituição.

É importante ressaltar que o Programa Saúde na Escola (PSE) é um aliado para aproximar as esferas saúde/educação, uma vez que tem por objetivo a integração e articulação permanente da educação e da saúde, contribuindo assim para atenção integral ao decorrer da formação dos estudantes por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde (BRASIL, 2010). Desta forma, evidencia-se neste estudo que o PSE não vem sendo de fato aplicado nas instituições de ensino participantes.

Graeff e Camelo (2015) discutem sobre a importância da participação de autoridades públicas dentro deste contexto, incentivando e oferecendo treinamento em primeiros socorros. Os autores comentam que quando a população possui certa noção sobre as práticas, sua ação irá influenciar principalmente o financeiro do poder público, pois uma assistência de qualidade diminuirá os riscos de a vítima apresentar danos, fazendo com que não seja necessária a utilização de recursos tão avançados, e nem ocupar leitos de hospitais por muito tempo (GRAEFF; CAMELO, 2015).

Ainda, os cursos e capacitações devem ter uma continuidade para que seja mantida a atualização bem como a prática. Então, realizar parcerias com o Corpo de bombeiros militar ou a equipe do SAMU, ou equipes especializadas para realização do curso, seria interessante (GRAEFF; CAMELO, 2015).

Os profissionais deste estudo também foram questionados ainda quanto às temáticas mais importantes a serem abordadas na devolutivas da pesquisa e, conforme os achados as respostas

mais prevalentes foram primeiros socorros, contemplando 29,0% (n=36) das respostas, seguido de como agir em situações de engasgamento, convulsões, queda, lesão, e sobre a Lei Lucas. Essa sugestão também reflete a demanda e revela o desejo pelo debate destes temas dentro da escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como resultado, a realização deste estudo evidencia que uma pequena parte dos professores sentem-se seguros e sabem como agir em caso de situações de emergência. Este dado deixa nítido a necessidade de maior preparo e melhores capacitações para estes profissionais, visto que esta falta de conhecimento implica diretamente na segurança da população infantil.

Podemos inferir que as escolas de educação infantil não estão cumprindo adequadamente a Lei nº 13.722/2018 - Lei Lucas, uma vez que mais de 70% da amostra desconhece a Lei e do que a mesma se trata, bem como sua importância, além de que as capacitações anuais não estão ocorrendo como deveriam.

A partir dos achados pode-se concluir que os profissionais da educação possuem pouco conhecimento sobre o Programa Saúde na Escola (PSE), e que o mesmo não vem sendo aplicado adequadamente. Desta forma, reforçamos a importância de que se tenha políticas integrativas entre saúde e escola, visto também que os profissionais de saúde são os mais capacitados para realizar a educação destes profissionais.

Os profissionais de enfermagem se sobressaíram quanto à participação de atividades nas escolas. Desta forma podemos refletir quanto ao poder que estes profissionais possuem no sentido de mudar este cenário. Diante disso, incentivamos a implementação de atividades integrativas, pelos profissionais da enfermagem, com as escolas do bairro, no sentido de preparar os colaboradores e também os alunos sobre como agir dentro destas situações, bem como trabalhar acerca da prevenção, promovendo assim a saúde e o bem estar dos respectivos usuários.

O presente estudo, apesar de abordar um tema de extrema relevância, encontrou diversas limitações e dificuldades no seu desenvolvimento. A coleta de dados ocorreu em meio a pandemia de Covid-19, e em decorrência disso praticamente todas as redes de ensino estavam trabalhando de forma remota, com isto obteve-se dificuldade em conseguir que o grupo amostral respondesse o instrumento de coleta.

Outra limitação se ligou ao número reduzido de pesquisas voltado ao tema, onde a maioria dos estudos eram anteriores a 2015. Em decorrência disso, orienta-se fortemente a realização de novos estudos dentro desta perspectiva.

Acredita-se que a realização desta pesquisa seja de primordial importância para a proteção das crianças dentro do ambiente escolar. Por fim, espera-se que estes resultados possam servir de reflexão, favoreçam discussões, auxiliem na tomada de decisão, e sirvam aos interesses e necessidades da sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007. Institui o Programa Saúde na Escola - PSE, e dá outras providências. **Presidência da República**. 2007. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/dec_6286_05122007.pdf>. Acesso em: 15 out 2020.

BRASIL. Lei nº 13.722, de 4 de outubro de 2018. Torna obrigatória a capacitação em noções básicas de primeiros socorros de professores e funcionários de estabelecimentos de ensino públicos e privados de educação básica e de estabelecimentos de recreação infantil. **Congresso Nacional**. 2018. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13722.htm>. Acesso em: 16 out 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Morbidade hospitalar do SUS por causas externas - por local de internação - Brasil 2004: Internações por faixa etária 1 segundo grupo de causas**. Brasília - DF, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Brasília - DF, 2010.

BRASIL. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. **Conselho Nacional de Saúde**. 2016. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>>. Acesso em: 15 jun 2020.

FALCÃO, L. F. R.; BRANDÃO, J. C. M. **Primeiros socorros**. São Paulo: Editora Martinari, 2010.

FIORUC, B. E.; B. E.; MOLINA, A. C.; VITTI JUNIOR, W.; LIMA, S. A. M. Educação em saúde: abordando primeiros socorros em escolas públicas no interior de São Paulo. **Revista eletrônica de enfermagem**, v. 10, n. 3, 2008.

FONSECA, K. Primeiros socorros. **Rev. Brasil Escola**. São Paulo, 2008.

GIL, C. A. **Projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas S. A, 1996.

GRAEFF, A. L.; CAMELO, R. D. **A percepção dos professores sobre o atendimento de primeiros socorros na escola**. 2015. Monografia (Bacharelado em Enfermagem)- Faculdade

São Lucas, Porto Velho, 2015. Disponível em:
<<http://repositorio.saolucas.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/1572/Ana%20Luiza%20Graeff%20-%20A%20percep%C3%A7%C3%A3o%20dos%20professores%20sobre%20o%20atendimento%20de%20primeiros%20socorros%20na%20escola.pdf?sequence=1>>. Acesso em 05 dez 2020.

HOCKENBERRY, M. J.; WILSON, D. **Fundamentos de enfermagem pediátrica**. 9. ed. Rio de Janeiro: Mosby, 2014.

MARTINS, C. B. de G. Acidentes na infância e adolescência: uma revisão bibliográfica. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 59, n. 3, p. 344-348, 2006.

NECKER, J. A.; SILVA; A. L. S. da. **Análise sobre o conhecimento teórico e prático em primeiros socorros dos professores de educação física na rede de ensino de São Martinho – SC**. 2019. TCC (Graduação em Educação Física Licenciatura) - Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL, 2019. Disponível em:
<<https://www.riuni.unisul.br/bitstream/handle/12345/8458/JulianaPDF.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 05 dez 2020.

PEDROSA, A. A. G.; MASCARENHAS, M. D. M.; DA COSTA, E. M.; CRONEMBERGER, L. P. atendimentos por causas acidentais em serviços públicos de emergência-Teresina, Piauí-2009. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 9, p. 2269-2278, 2012.

PHELAN, K. J.; KHOURY, J.; KALKWARF, H.; LANPHEAR, B. Residential injuries in U.S. children and adolescents. **Public Health Rep**. v. 120, p. 63-70, 2005.

SANTORO, J. R. Ecologia e Desenvolvimento humano. **FUNPEC**. São Paulo, 2008.

SILVA, L. G. S. da.; COSTA, J. B. da; FURTADO, L. G. S.; TAVARES, J. B.; DINIZ, J. L. Primeiros socorros e prevenção de acidentes no ambiente escolar: intervenção em unidade de ensino. **Enferm. Foco**, v. 8, n.3,p. 25-29, 2017. Disponível em:
<<http://biblioteca.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/Primeiros-socorros-e-preven%C3%A7%C3%A3o-de-acidentes-no-ambiente-escolar.pdf>>. Acesso em: 05 dez 2020.

SILVANI, C. B.; GOMES, G. C.; DE SOUSA, L. D.; DE SOUZA, J. L. Prevenção de acidentes em uma instituição de educação infantil: o conhecimento das cuidadoras. **Rev. enferm. UERJ**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 200-5. 2008.

VENÂNCIO, M. A. V. D. **Prevalência dos acidentes em espaço escolar e percepção dos agentes educativos**. 2014. Dissertação (Mestrado em Enfermagem Comunitária) - Escola Superior de Saúde de Viseu. 2014. Disponível em:
<<http://repositorio.ipv.pt/bitstream/10400.19/2559/1/VENANCIO,%20Maria%20Alice%20VAranda%20Duarte%20-%20DissertMestrado.pdf>>. Acesso em: 05 dez 2020.

WAKSMAN, R. D.; BLANK, D.; GIKAS, R. M. C. Injúrias ou Lesões Não-intencionais “Acidentes” na Infância e na Adolescência. **MedicinaNet**. São Paulo, 2010. Disponível em:
<http://www.medicinanet.com.br/conteudos/revisoes/1783/injurias_ou_lesoes_ao_intencion

ais_%E2%80%9Cacidentes%E2%80%9D_na_infancia_e_na_adolescencia.htm>. Acesso em: 15/05/2020.

Recebido em: 01/03/2021

Aprovado em: 20/03/2021

Publicado em: 30/03/2021